

AS ENTRADAS CONTRA O “GENTIO BRAVO” NO SERTÃO DA CAPITANIA DA BAHIA (1651 – 1669)

Solon Natalício
Araújo dos Santos

Doutorando em História pela
Universidade Federal da Bahia
(PPGH/UFBA).

Recebido: 26/01/2022
Aprovado: 21/12/2022

RESUMO

Este artigo busca investigar o papel das etnias indígenas genericamente denominadas de “tapuia” nas Guerras de Conquista ou “Guerra dos Bárbaros” nos sertões da Capitania da Bahia durante o período de 1651 à 1669, suas formas de resistência e adaptações ao movimento de expansão do projeto colonial. As fontes documentais da segunda metade do século XVII, que fazem registros das ações dos “tapuia” e de suas relações de negociação e resistência junto aos agentes coloniais, nos apresenta uma dimensão do quanto as populações indígenas afetaram a Capitania da Bahia e os núcleos de povoamento do Recôncavo e do Sertão graças aos seus repentinos assaltos que atrapalhavam o desenvolvimento da economia colonial, ou como elemento povoador apto a atender em seu caráter militar e como mão de obra nos estabelecimentos coloniais.

PALAVRAS-CHAVE

Conquista; Indígenas; Negociação.

Introdução

A historiografia tradicional sobre os povos indígenas no sertão baiano durante a segunda metade do século XVII reforçava a narrativa de que estes foram vítimas da “guerra de extermínio para permitir o avanço da frente pastoril” e de que os sobreviventes da “Guerra dos Bárbaros” se integraram à sociedade colonial e deixaram de ser indígenas¹.

Contudo, as fontes sobre os conflitos no sertão mostram uma rede de relações sociais, políticas, econômicas e culturais em que os indígenas estavam incluídos e as posições distintas que ocupavam de acordo com o grupo, histórico, localização estratégica do seu território, sua imagem e função junto às autoridades coloniais e à Coroa².

Este estudo tem como objeto principal o “índio colonial” que - durante a conquista dos Sertões da Capitania da Bahia (1651 – 1669) - atuou ora como agressor ora como aliado dos colonizadores. Uma pesquisa que busca investigar as experiências, transformações culturais e as relações sociais, políticas de protagonistas indígenas.

No sertão da Capitania da Bahia, “dominavam os grupos kariri (kiriri) e os Payayá, que no século XVII foram aldeados pelos jesuítas”³ e que participaram das Guerras de Conquista ou “Guerra dos Bárbaros” tanto como agressores dos colonos quanto como “mateiros” e “muralhas do sertão”⁴. Além dessas etnias, estas regiões eram habitadas por outros grupos indígenas como os “Sapoiá, Tocós, Moritises, Maracás, Secaquerinhens, Cacherinhens, Caimbés, Pankararu, Ocren, Oris, Tamaquins, Araquenás, Anaiós, Topins”⁵.

Os sertões da Bahia sofreram um longo processo de conquista colonizadora a partir da chamada Guerra dos Bárbaros, um longo ciclo de conflitos com os povos indígenas do sertão, que envolveram diversos lados: índios “do curso” (nômades ou semi-nômades) e aldeados, missionários, sertanistas baianos e paulistas, sesmeiros e agentes da Coroa portuguesa.

Entre 1651 e 1657, os governadores gerais João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa (o conde de Castelo Melhor, 1650-1654) e Jerônimo de Ataíde (o conde de Atouguia, 1654-1657) encarregaram os sertanistas baianos Diogo de Oliveira Serpa, Luis da Silva, Gaspar Rodrigues Adorno e Thomé Dias Lassos de punirem os índios “bravos” que atacaram a Capitania de Ilhéus e as freguesias do

1 Ver John Hemming, *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007; Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002.

2 Ver Cristina Pompa, *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru-SP: EDUSC, 2003; Solon Natalício Araújo dos Santos, *Os Payayá no Sertão das Jacobinas (1651-1706)*. Curitiba-PR: Editora Appris, 2019.

3 Beatriz G. Dantas; José Augusto L. Sampaio; Maria Rosário G. De Carvalho. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico. In: Manuela Cunha (org). *História do Índio no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 432.

4 Ver Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002; Solon N. A. dos Santos. *Os Payayá no Sertão das Jacobinas (1651-1706)*. Curitiba-PR: Editora Appris, 2019

5 Solon N. A. dos Santos. *Os Payayá no Sertão das Jacobinas (1651-1706)*. Curitiba-PR: Editora Appris, 2019. p. 49.

Recôncavo (Paraguaçu e Jaguaripe). Contudo, tais expedições sem conseguirem punir os supostos índios rebelados, apenas estabeleceram alianças com os grupos indígenas encontrados.

Em 1657, diante da continuidade dos ataques indígenas ao Recôncavo, o governador-geral Francisco Barreto de Menezes (1657-1663) organizou um plano para combater as aldeias dos Topins e Maracás localizadas na serra do Orobó, índios identificados como os agressores. A ofensiva do governador exigia a construção de casas-fortes, a abertura de estradas que ligassem a vila de Cachoeira à serra do Orobó, o estabelecimento de uma barreira de aldeias aliadas formadas pelos Payayá e o auxílio dos paulistas, experientes sertanistas nos combates aos índios.

Os paulistas contratados estavam sob o comando do capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros, de Bernardo Sanches Aguiar e Fernando de Camargo. Com o respaldo da “guerra justa” e a autorização do governador Menezes, estes paulistas poderiam queimar as aldeias, degolar os homens, aprisionar e escravizar as mulheres e crianças. No entanto, percorrendo o Paraguaçu e as Jacobinas, Domingos Barbosa Calheiros e sua tropa de paulistas acabaram fracassando ao serem enganados pelos índios Payayá⁶.

Em 1667, ataques indígenas voltaram a ocorrer em Ilhéus, Cairu, Jequiriçá, Cachoeira, Itapororocas e Aporá, na margem direita do rio Paraguaçu. O governador-geral Alexandre de Sousa Freire (1667-1671) resolveu novamente chamar os paulistas. Contudo, as tropas vicentinas comandadas pelo capitão-mor Estevão Ribeiro Baião Parente e sargento-mor Brás Rodrigues de Arzão só chegaram à Bahia e entraram em ação no governo do sucessor de Freire, o Visconde de Barbacena, Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (1671-1675), motivados pelas promessas de terras e posse dos índios aprisionados para servirem como escravos, além das honrarias e mercês concedidas pela Coroa⁷.

As Jornadas ao Sertão

Em 1651, “vendo a dissolução com que o Gentio se havia feito mais ousado, repetindo novas mortes e danos, em varias partes do Reconcavo”, o governador-geral João Rodrigues de Vasconcellos (1650-1654), o conde de Castelo Melhor, “deliberou mandal-os castigar, com bastante poder de Soldados e Indios confidentes” nomeando por cabo da jornada do sertão o sargento-mor Diogo de Oliveira Serpa que, em sua empreitada, deveria levar consigo Luís da Silva, morador de Inhambupe, e os índios do rio Itapicuru mirim. Além destes, mediante uma carta, Serpa deveria passar pela Torre de Tatuapara de Garcia d’Ávila e recolher “a gente que lhe pode dar, e em particular, Amador Dias”. Para aumentar a tropa, o governador mandou lançar um bando em que perdoava “os soldados e mais gente” que desertaram da praça da Bahia e dos exércitos de Pernambuco e Sergipe Del Rei⁸.

6 Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002; Solon Natalício Araújo dos Santos. *Os Payayá no Sertão das Jacobinas (1651-1706)*. Curitiba-PR: Editora Appris, 2019.

7 Stuart B. Schwartz; Alcir Pécora (orgs.), *As excelências do governador: o panegirico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 71-290.

8 DH3:107-8 Carta para o Sargento maior Diogo de Oliveira Cerpa, 22/5/1651; DH3:108-9 Carta

Esta gente, recrutada pela Coroa para formar as tropas coloniais, poderia ser definida como os pobres produtivos, trabalhadores livres, vadios, desempregados, mendigos e criminosos, ou seja, elementos à margem da estrutura produtiva das vilas litorâneas das Capitâneas da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Ilhéus e Porto Seguro⁹.

O governador também mandou uma carta de recomendação para o senhor de engenho Filipe de Moura de Albuquerque para que enviasse a Salvador uma pessoa estabelecida em sua propriedade “que andou muitos tempos no sertão por alguns homisios, e que poderá dar boas informações para o intento” da jornada¹⁰.

Ainda de acordo com o plano, a expedição deveria seguir para Camamu, onde Serpa falaria com “os principaes das Aldeias dos Aymorés” que travavam guerra com “estes Tapuyas”, prometendo-lhes resgate para se juntarem à Jornada. De Boipeba, Serpa também deveria levar consigo um Francisco Fernandes Preto, “grande língua” que já estivera muitas vezes no sertão de São Paulo¹¹.

O conde de Castelo Melhor, por carta de 12 de junho de 1651 para Antônio de Couros Carneiro, governador da capitania de Ilhéus, se diz sentido pelos “sucessos dos Tapuyas” e garantiu aos moradores dessa capitania “que vivam com todo o socego” pois não deveriam deixar de fazer e mandar farinha para a Capitania da Bahia, produção e comércio “que hoje não é pequeno”. Para isso, ordenou que o capitão Francisco da Rocha Fragoso com a sua companhia fosse para aquela capitania, e assim “amparar os moradores que ficarão sem receio tendo-o para sua defesa”. O governador Antônio de Couros Carneiro deveria garantir o sustento do capitão e de sua companhia com farinha e peixe, doados pelos moradores atacados pelos índios¹².

Em 14 de setembro de 1651, o governador João Rodrigues de Vasconcellos nomeou Gaspar Rodrigues Adorno, representante da poderosa família que habitava no baixo Paraguaçu, “pessoa de grande satisfação, inteligência do Sertão, e prática na língua da terra”, como capitão-mor da jornada que iria ao sertão bater os bárbaros que, no Aporá, ameaçavam as povoações até o porto de Cachoeira¹³. Como respectivos sucessores escolheram o alferes reformado Agostinho Pereira, irmão de Gaspar Rodrigues Adorno, e o ajudante Manuel da Costa¹⁴.

para o capitão Garcia de Avila, 22/5/1651. Segundo de Raphael Bluteau, “publicar por bando” é “declarar publicamente hum decreto, huma ley..., he pregão de guerra [...], com pena imposta aos transgressores de alguma ley militar. Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. p. 31. Disponível no site <http://www.brasiliana.usp.br/>. Consultado no dia 26/1/2022. Para Antonio Moraes Silva, bando é um pregão público pelo qual se faz pública alguma ordem, ou decreto; e se denuncia talvez guerra. Antonio Moraes Silva. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 259. Disponível no site <http://www.brasiliana.usp.br/>. Consultado no dia 26/1/2022.

9 Kalina Vanderlei Silva. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010. p. 10.

10 DH3:110 Carta para Phelippe de Moura de Albuquerque, 22/5/1651.

11 DH3:110-1 Carta para o Sargento maior Gaspar mas de Brum, 22/5/1651.

12 DH3:112-3 Carta para o Governador da capitania dos Ilheus Antonio de Couros Carneiro, 12/6/1651.

13 DH31:96-8 Carta Patente do cargo de Capitão-mor de toda a gente que vae á Jornada do Sertão, na pessoa de Gaspar Rodrigues Adorno, 14/9/1651.

14 DH31:98-9 Primeira via de sucessão para o posto de Capitão-mor da Jornada na pessoa do Alferes reformado Agostinho Pereira, 4/9/1651; DH31:99-100 Segunda via de sucessão para o posto de Capitão-mor da Jornada do Sertão na pessoa do Ajudante Manuel da Costa, 4/9/1651.

A infantaria que iria na jornada ao sertão sob o comando do capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno se dividia em tropas de trinta homens, tendo por cabos Agostinho Pereira e Manuel da Costa, e tropas de quarenta estrangeiros, que se dividiam em duas, tendo por cabos o capitão João Pedy e seu subordinado João Jorge¹⁵. Além destes, por uma ordem de 2 de setembro de 1651, a pedido do próprio Capitão-mor, parece também terem sido nomeados como cabos das tropas que seguiram para esta jornada, Simão Rodrigues, Domingos de Abreu e Francisco Dias¹⁶.

Em 1652, segundo as notícias dos moradores de Jaguaripe, os “gentios” eram vistos naquele distrito e o temor dos moradores só aumentava, tanto que pensaram em “largar a terra”. Entretanto, o capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno e as tropas da “jornada de Cachoeira” não se prontificaram para desbaratar os temidos “tapuia”, o que deixou o governador João Rodrigues de Vasconcellos em situação bastante complicada¹⁷.

Em 1654, saiu o Conde de Castelo Melhor e assumiu Jerônimo de Ataíde (1654-1657), o conde de Atouguia. Este governador-geral, em 14 de setembro de 1654, querendo resolver o grande problema da “pacificação dos índios”, enviou para a Câmara de Salvador uma “lista da Gente, e despesas necessárias para a Jornada do Sertão”, argumentando que embora parecesse grande, “maior o prejuízo que se pretende evitar”. O capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno, que havia sido nomeado cabo dessa expedição, não se atrevia a empreendê-la, “fundado nas experiências passadas em que a falta delles [gêneros, dinheiro e saúde] e das prevenções que era justo levar-se, o obrigaram a retirar-se sem obrar cousa alguma e animaram ao gentio a que descesse com menos temor a continuar as hostilidades de que o Recôncavo se queixa”¹⁸.

Em primeiro de outubro de 1654, o Conde de Atouguia convocou para que se apresentassem em Salvador o capitão Gaspar Rodrigues Adorno e seu irmão Agostinho Pereira, “para um negocio de grande importância do serviço de Sua Magestade”¹⁹.

Informado de que haviam chegado a Maragogipe “dous negros que fugiram do gentio..., um que ha muitos annos estava mettido com elles, e outro que agora levou nesta ultima occasião”, o Conde de Atouguia ordenou que o sargento-mor Pedro Gomes os enviasse para Salvador porque eles “serão mui importantes para as noticias e disposições da jornada que se intenta”²⁰.

O governador-geral orientou ao sargento-mor Pedro Gomes tirar das companhias do Recôncavo 600 índios, 50 Infantes e 230 soldados da Ordenança e os entregar a Gaspar Rodrigues Adorno para que se formasse a Jornada que iria “castigar o Gentio”. Com isso, Gomes deveria ir a todas as freguesias do Recôncavo recrutar os soldados entre os mamelucos e “brancos desobrigados, e gente accomodada”. A cada soldado, o sargento-mor deveria entregar uma espingarda e uma rodela

15 DH31:101-2 Ordem que se passou ao Alferes reformado Agostinho Pereira para ser Cabo de uma das tropas da Infantaria que vae á Jornada do Sertão, 4/9/1651; DH31:102-3 Ordem que se passou ao Ajudante Manuel da Costa para ser Cabo de uma das tropas da Infantaria da mesma Jornada do Sertão, 4/9/1651; DH31:103-4 Ordem que se passou ao Capitão João Pedy para ser Cabo de uma das tropas dos estrangeiros que vão á mesma jornada do Sertão, 3/9/1651; DH31:104-5 Ordem que se passou a João Jorge para ser cabo de uma das tropas de estrangeiros que vae á Jornada do Sertão, 3/9/1651.

16 DH31:107-8 Ordem que se passou aos cabos que vão à Jornada do Sertão, 2/9/1651.

17 DH3:184-5 Carta para os officiaes da camara desta cidade, 2/9/1652.

18 DH3:223-4 Carta para os officiaes da camara desta cidade, 14/9/1654.

19 DH3:228 Carta para o capitão Gaspar Roiz Adorno, 1/10/1654.

20 DH3:224-5 Carta para o sargento maior Pedro Gomes, 17/10/1654.

(um tipo de escudo), tomando-as a qualquer pessoa que as tivesse, dando-lhe em troca um recibo para a devolução ou indenização em caso de perda. O conde de Atouguia também lançou um bando convocando os homiziados a participarem da jornada e apontou que eram necessários cinquenta cavalos para conduzirem os mantimentos, munições e ferramentas²¹.

Para o conde de Atouguia, também eram “necessarios para a jornada do sertão todos os índios e mestiços das aldeias” da capitania da Bahia. Foram para aquela empreitada os índios aldeados da Casa da Torre de Tatuapara, “em particular os que costumam ir com Diogo de Oliveira [Serpa] aos mocambos porque são soldados dos de mais satisfação, para esta empresa”, os quarenta mais aptos do aldeamento de Camamu, e mais índios flecheiros das Aldeias de Jaguaripe e Maragogipe²². Luis da Silva também foi encomendado pelo governador-geral para que fizesse “frecharia” entre os “Tapuyas” do Itapicuru-mirim, aproveitando sua particular comunicação com os principais dessas aldeias, e acompanhasse a “Jornada pelo sertão”²³.

Em carta para a Câmara de Salvador, Jerônimo de Ataíde informou que todas as ordens foram expedidas para que a “gente da Ordenança, Índios e infantaria” se apresentassem até 10 de novembro de 1654 na praça da Bahia. E que era necessário antecipar a empresa em virtude do pouco tempo que havia para o início do período “das águas”. Dessa maneira, portanto, os vereadores deveriam adiantar a liberação de recursos para a obtenção de mantimentos, dinheiro e resgates para os índios aliados e confederados²⁴.

Entretanto, a organização das tropas não era tão fácil como supunha o governador, pois, o sargento-mor Pedro Gomes, a respeito da execução dos bandos e ordens, lhe escreveu que não estava conseguindo achar voluntários no Recôncavo para irem ao sertão. O Conde de Atouguia respondeu que não importava as circunstâncias de serem ou não voluntários, mas sim o fato de formarem o número emitido nas ordens, devendo Gomes escolher “os mais accommodados ao intento”, desobrigar os que já possuíssem praça e que estavam servindo e fazer uma lista de todos os que assistiam nas fazendas e engenhos, sendo que através desta, os senhores das propriedades deveriam entregar os que fossem pedidos.

Antes de percorrer as freguesias, o Conde de Atouguia liberou Pedro Gomes para ir até a praça da Bahia, devendo deixar todas as ordens expedidas de tal maneira que, quando voltasse, os capitães já tivessem executado o que lhes fora destinado, “pois há tão pouco para se dispor a jornada”²⁵.

Por carta de 14 de novembro de 1654, o governador Jerônimo de Ataíde ordenou que o sargento-mor Pedro Gomes se desocupasse urgentemente e retornasse para Salvador²⁶. Isto por conta do acordo de paz dos holandeses com os ingleses e pelo temor de que as praças da Bahia e Pernambuco fossem novamente atacadas pelos batavos, recentemente expulsos da última capitania. Isto acabou atrasando

21 DH3:225-7 Carta para o sargento maior Pedro Gomes, 1654; DH3:227 Carta para os capitães da Ordenança de cada freguesia, ?/10/1654.

22 DH3:228 Carta para o capitão Garcia d’Avila, 19/10/1654; DH3:228-9 Carta para o superior da Aldeia de Camamu, 16/10/1654; DH3:217-8 Carta para o Capitão da Aldeia de Jaguarippe, 1/10/1654; DH3:218 Carta para o capitão da Aldeia de Maraguippe, 1/10/1654.

23 DH3:228 Carta para Luis da Silva, 1/10/1654.

24 DH3:229-30 Carta para os officiaes da camara desta cidade, 19/10/1654.

25 DH3:230-1 Carta para o sargento maior Pedro Gomes, 22/10/1654.

26 DH3:237 Carta para o sargento maior Pedro Gomes, 14/11/1654.

ainda mais os preparativos para a jornada²⁷.

Finalmente, em 6 de dezembro de 1654, tendo os “tapuyas” novamente atacado as fazendas e engenhos de Jaguaripe, o Conde de Atouguia chamou às pressas o capitão Gaspar R. Adorno e mandou-o “limpar” o vale do Jequiriçá, Jaguaripe e afastar do litoral o perigo dos “tapuia”²⁸. Nesta entrada, Adorno levou como cabos o sargento-mor Pedro Gomes, que abriu uma estrada para o Orobó em 1657, Elias Adorno, Luís da Silva e 400 índios do Itapicuru mirim, mestiços e caboclos da Casa da Torre, num total de 600 índios, 50 infantes e 230 soldados do Recôncavo²⁹.

Eles percorreram o Paraguaçu e seus afluentes, onde enfrentaram duas aldeias dos Maracás que atacavam os estabelecimentos coloniais. Conforme Alexandre de Souza Freire, em seu Relatório de 1669, aquele dia a entrada “entrou pelo Jequiriçá acima” e “pelejou com os bárbaros, não matou mais que quatro; e pondo eles mesmo fogo às suas aldeias se meteram pelo mato e o capitão-mor se retirou”³⁰.

Também encontraram os Payayá, que ‘o receberam a som de guerra’, mas em lugar de combates, houve combinação de paz, o que fez o capitão recolher-se à cidade do Salvador sem ter podido destruí-los. Acordo o qual, segundo o Relatório de Alexandre Sousa Freire, os Payayá não cumpriram porque logo desceram a fazer as hostilidades costumadas³¹. Observa-se que os ataques poderiam ser ou não de autoria dos Payayá, pois, possivelmente essa acusação se tratava de uma tática do governador, que estava interessado em romper o acordo para poder empreender uma “guerra justa”.

Ao final de dois anos depois dessa jornada, Atouguia organizou outra expedição na qual seguiu como capitão-mor substituto, o também sertanista baiano Thomé Dias Lassos, que fora capitão da ordenança no Recôncavo nos tempos das guerras contra os holandeses,

o qual voltou da jornada sem obrar mais que renovar as pazes com as mesmas aldêas, e fazel-as de novo com outras mais, de que trouxe consigo uma rapariga, que lhe derão por filha de um principal, em refens das ditas pazes, e segurança da promessa, que lhe fizerão, de que brevemente descerão de suas aldêas a viver junto a nós: e a uma e outra cousa faltarão, porque nem descerão, nem deixarão de repetir todos os annos uma e muitas vezes seos assaltos e latrocínios³².

27 DH3:242-3 Carta para Antonio de Couros Carneiro, 18/11/1654.

28 DH4:37-42 Regimento que levou o Capitão-mor Gaspar Roiz Adorno na jornada do sertão, 24/12/1654; DH4:42-3 Successão que levou o Capitão-mor Gaspar Roiz Adorno na jornada do sertão, 24/12/1654.

29 DH3:246-7 Carta para o Capitão Gaspar Rodrigues Adorno, 6/12/1654; DH3:247-8 Carta para os officiaes da Camara sobre a jornada do sertão, 6/12/1654; DH3:248 Carta para Luis da Silva sobre a jornada do sertão, 6/12/1654; DH4:42-3 Successão que levou o Capitão-mor Gaspar Roiz Adorno na jornada do sertão, 24/12/1654; DH4:174-7 e DH5:217-20 Regimento que levou o Sargento-maior Pedro Gomes para passar mostra nas Freguesias do Recôncavo, 25/9/1654; DH5:220-1 Ordem para o Sargento-Maior Balthazar dos Reis Barrenho ir alistar todos os gados que ha do districto da Vegia té o da Torre, 16/11/1654; DH4:49-54 Regimento que levou o sargento-mor Pedro Gomes para abrir a estrada desde Cachoeira te o Orobó, 3/10/1657.

30 DH66:89-90 Carta de Sua Magestade em resposta da que Sua Excelência escreveu acêrca da jornada do sertão de que foi por cabo Gaspar Rodriguês Adorno, 5/6/1655; DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669.

31 DH66:89-90 Carta de Sua Magestade em resposta da que Sua Excelência escreveu acêrca da jornada do sertão de que foi por cabo Gaspar Rodriguês Adorno, 5/6/1655; DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669.

32 DH31:191-2 Patente de Capitão-mor para a Jornada do Sertão provida na pessoa do Capitão Thomé

Neste trecho da relação do governador Alexandre de Sousa Freire, se verifica um equívoco de interpretação “etnográfica” do colonizador ao atribuir a prática do “cunhadismo” aos Payayá, se considerarmos que este é um costume tipicamente tupi. O “cunhadismo” era uma prática correspondente da complexa configuração de alianças e animosidades entre os grupos tupi e também de suas relações com os colonos. Na lógica tupi, a troca matrimonial implicava em um acordo de auxílio recíproco entre os parentes, ou seja, do cônjuge com o sogro e cunhados³³. Entretanto, esta prática não era realizada entre os grupos da família kariri. Portanto, pode-se supor que a falsa informação narrada pelo governador deve ter sido relatada intencionalmente como uma tentativa de atribuir aos Payayá a inconstância ou tendência à perfídia.

Segundo Puntoni, apesar do fracasso das tentativas de Diogo de Oliveira Serpa, do capitão Adorno e da expedição de Thomé Dias Lassos, essas entradas ao sertão “devem ser compreendidas como parte de um esforço do governo-geral de formalizar os mecanismos de repressão e controle das nações” consideradas “tapuia”, que atrapalhavam o desenvolvimento da economia colonial³⁴.

Em 1657, quando o então mestre de campo-general nas guerras contra os holandeses e depois governador de Pernambuco, Francisco Barreto (1657-1663), foi nomeado governador-geral do Brasil, ele logo teve de enfrentar o problema dos ataques dos “tapuia” ao Recôncavo. Grupos habitantes da serra do Orobó foram identificadas como as agressoras³⁵. Por conta disso, Barreto tratou que se fizessem entradas junto a essa serra e que se levantassem casas-fortes para facilitar a guerra contra os gentios, cujas aldeias ficavam por aquelas partes³⁶. Além da proposta de se estabelecer uma “barreira” de aldeias amigas.

Conforme o trecho do **Sexennium Litterarum 1651-1657**, carta jesuítica de suposta autoria do padre Antonio Pinto que relata as entradas de 1656 para o Sertão das Jacobinas, organizadas pelo missionário Rafael Cardoso e pelo capitão João Pereira, estes

Dias Lassos,8/10/1656; DH31:192-4 Patente de uma das companhias que se formam para a Jornada do Sertão provida na pessoa de Agostinho Pereira,8/10/1656; DH5:245-50 Regimento que levou o Capitão-mor Thomé Dias Lassos na Jornada a que ora se envia ao Sertão, 9/10/1656; DH5:250-1 Successão que levou o Capitão-mor Thomé Dias Lassos na jornada a que vae ao Sertão, 18/10/1656; DH5:252 Ordem que levou o Sargento-mor Pedro Gomes para fazer dar conducção e o necessario para a jornada que ora se faz ao Sertão, 18/10/1656; DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669; *apud* Cel. Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. II. Salvador: Imprensa Oficial, 1925. p. 30-1. Sobre os Lassos, ver Francisco de Assis Carvalho Franco. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII e XVIII*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 205.

33 Ver Florestan Fernandes. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Editora Hucitec; Editora UNB, 1989; Carlos Fausto. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: Manuela Cunha (org). *História do Índio no Brasil*. 2° ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-96.

34 Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002. p. 96.

35 Puntoni, *op. cit.*, 2002. p. 98; DH4:356-7 Carta para sua Magestade acerca do Gentio Barbaro do Sertão fazer grandes danos no Reconcavo desta Cidade, ?/?/1658.

36 A Dupla Missão In. *Anais do Arquivo Público da Bahia e do Museu do Estado da Bahia*. Direção de Francisco Borges de Barros. n° 3; Ano III; Vols. IV e V; Salvador: 1919. p. 180.

trouxeram contudo trinta principais Paiaias, para constar com certeza ao Governador o que se pactuara com êstes Bárbaros, muito útil aos moradores da Baía. Várias Aldeias dêles mudaram a residência para perto da costa, para tratar com os Portugueses mais de perto. Não deixaram de o apreciar o Governador e outros homens, que sem temor de serem assaltados pelos Bárbaros, poderiam cuidar com mais segurança das suas fazendas³⁷.

Pelo Regimento de 3 de outubro de 1657, o sargento-mor Pedro Gomes, juntamente com o capitão Gaspar Rodrigues Adorno, para evitar as hostilidades que os “tapuia” costumavam fazer nas freguesias de Paraguaçu, Jaguaripe e Cachoeira, deveriam fazer algumas casas-fortes com bastante infantaria para destruir as aldeias e segurar a campanha, e abrir um caminho de carros de boi desde Cachoeira até a borda da mata da serra do Orobó, onde seria erguida a primeira casa-forte.

Pelo Regimento, recomendava-se que a estrada fosse feita seguindo os caminhos do gentio e “nas conveniências que são necessárias a condução dos mantimentos em carros”, “em partes donde se achem águas e pasto para os bois: mas nem no caso em que haja alguma estéril, que os não tenha, deixe por isso de continuar a estrada, e a vae abrindo té a matta da serra do Orobó, na forma, que o terreno permittir”. Definida a estrada para as expedições, e por “dar em campos tão dilatados, que não acertem os que frequentarem o caminho a seguil-o”, o sargento-mor Pedro Gomes mandaria “pôr balisas em distância, que se enxerguem de umas as outras; advertindo que a qualidade do pau seja a mais incomedível, que se achar, para que tenha duração”³⁸.

Para conservar a gente do sertão e manter esta empreitada, o governador Francisco Barreto emitiu uma portaria autorizando ao sargento-mor Pedro Gomes tomar de qualquer curral as cabeças de gado que fossem necessárias para alimentar os trabalhadores e a infantaria, e dar recibos como indenização aos donos e feitores prejudicados³⁹.

Como as aldeias que Thomé Dias Lassos havia feito as pazes ainda continuavam rebeladas, Francisco Barreto ordenou, por um Regimento de 21 de dezembro de 1657, que o ajudante Luis Álvares fosse com 25 soldados até as Jacobinas deslocar as 15 aldeias dos Payayá para a serra do Orobó, onde ficariam mais bem acomodados e impediriam os demais grupos de descerem para o Recôncavo, “firmando-se como uma muralha contra os outros “tapuia” do sertão”⁴⁰.

Entretanto, essa empreitada novamente não teve sucesso e, para piorar, não havia mais notícias do ajudante Luis Álvares e nem dos Payayá das Jacobinas.

Nesse Regimento percebe-se como as autoridades coloniais tinham uma visão da importância de se estabelecer alianças com os Payayá. Como lembrou Puntoni, no mundo colonial “o papel destinado ao indígena também o previa como um povoador apto a atender o seu caráter militar e

37 *apud* Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Edição Fac-símile Comemorativa. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 276.

38 DH4:49-54 Regimento que levou o sargento-mor Pedro Gomes para abrir a estrada desde Cachoeira te o Orobó, 3/10/1657.

39 DH4:56-7 Portaria que se passou ao sargento Pedro Gomes para tomar o gado necessário para o sustento da gente do sertão, 16/10/1657; DH4:54-6 Alvará que se passou para se dar cumprimento na Capitania de São Vicente á ordem que se lhe tinha enviado sobre os mantimentos que se hão de dar á gente que se mandou vir para a entrada do sertão, 13/10/1657.

40 DH4:57-9 Regimento que se passou ao Ajudante Luis Álvares para ir passar as Aldeias da Jacobina para a Serra do Orobó, 21/12/1657.

de defesa”⁴¹. Os índios eram os únicos capazes de dar o conhecimento das terras, obter alimentos, aproveitar a flora e contribuir para as tropas com os homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e grupos hostis ou nações estrangeiras.

Confirmando esta hipótese, há a informação de que “porque os Payayás fazem tanta vantagem aos mais em qualquer serviço”, eram sempre solicitados pelos governadores para integrarem expedições, pois eram considerados, pelos sertanistas da Capitania da Bahia, melhores mateiros do que os índios de qualquer outra etnia⁴².

A gente de São Paulo

Sem êxito nas investidas repressoras e diante da gravidade da situação, nos anos de 1657 e 1658, para garantir a permanência das tropas no sertão e o projeto de erguer uma “muralha de aldeias” na serra do Orobó, o governador-geral Francisco Barreto de Menezes buscou os reforços do capitão Bartolomeu Aires, nomeando-o como Cabo de quatro Companhias de infantaria por meio de um Regimento de 31 de janeiro de 1658, e em 20 de setembro 1657 escreveu à Câmara de São Paulo e acertou contrato com sertanistas paulistas comandados por Domingos Barbosa Calheiros, Bernardo Sanches Aguiar e Fernando de Camargo, o moço⁴³.

Também formaram a tropa que seguiu para os sertões da Capitania da Bahia, alguns paulistas de renome como Manuel Garcia Bernardes, Diogo Domingues de Faria, João da Costa Leal, Francisco Jorge Leite e João Jorge Leite (estes dois acabaram falecendo na campanha), e o capelão padre Mateus Nunes de Siqueira⁴⁴.

Menezes, por deliberação própria e respaldado nos fundamentos e normas da “guerra justa”, conceito baseado no direito de guerra medieval adotado pelos portugueses na época das lutas contra os muçulmanos, determinou uma ofensiva geral aos indígenas e ordenou que se queimassem as aldeias, degolassem os homens capturados e escravizassem as mulheres e as crianças.

41 Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002. p. 50.

42 DH9:76 Carta para João Peixoto Viegas sobre os Índios que ha de dar para a averiguação do salitre, 26/10/1678; DH9:23-5 Carta que se escreveu ao Provincial da Companhia José de Seixas, 6/7/1676; John Hemming. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 504

43 DH4:64-75 Regimento que levou o Capitão Bartholomeu Aires, que foi por Cabo de quatro Companhias fazer guerra ao Gentio do Sertão, 31/1/1658; DH5:329-31 Alvará pelo qual se manda á Capitania de São Vicente, e São Paulo se guarde inviolavelmente a provisão do Conde de Attouguia sobre os Pires, e Camargos, 24/11/1655; DH4:277-9 Carta para Sua Magestade sobre os Pires e Camargos da Capitania de São Vicente, 24/1/1656; DH31:228-30 Patente do cargo de Capitão de Infantaria da Capitania de São Vicente na pessoa de Bernardo Sanches de Aguiar, 1/8/1658; DH31:235-7 Patente do cargo de Capitão-mor da Entrada do sertão provido na pessoa de Domingos Barbosa Calheiros, 4/9/1658; DH5:321-7 Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na jornada do sertão, 5/9/1658; DH5:327-9 Sucessão que levou o Capitão-mor da jornada do Sertão para lhe succeder o Capitão Bernardo Chanches de Aguiar, 10/9/1658; Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002. p. 100-3.

44 Franco, *op. cit.*, p. 95-6.

Os índios “tapuia”, bravos ou “bárbaros” da América portuguesa eram considerados estrangeiros, livres de obediência ao governo e ao direito lusitano. Contudo, exigia-se deles o dever de aceitar a pregação da fé e moral católica e o comércio metropolitano. Essa condição de livres, atribuída aos povos indígenas, era instável, pois os colonizadores, sob qualquer pretexto, poderiam submetê-los e mover-lhes a “guerra justa” que deveria ser “declarada por uma junta formada por governador, bispo, chanceler, juízes da relação e priores das ordens religiosas, mas apenas no caso de rebelião ou ataque indígena”⁴⁵.

A doutrina da “guerra justa” estava baseada na teoria aristotélica da “servidão natural” dos povos “inferiores” e foi elaborada pelos teólogos de orientação escolástica. Contrariando as preleções de 1532 do teólogo tomista e titular da cátedra de direito da Universidade de Salamanca, Francisco de Vitória (1483-1546), que defendia o direito natural dos índios à liberdade (mas para quem as faculdades políticas, como a ausência de uma vida civil, justificavam a submissão dos povos tidos por inferiores ou imperfeitos), Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573), em debate polêmico ocorrido em 1550 no Convento de São Gregório em Valladolid com o dominicano Bartolomé de Las Casas (1484-1566), pretendeu justificar a conquista da América através do enfrentamento militar com a população indígena⁴⁶.

Segundo o Regimento que nomeou o capitão Bartolomeu Aires como Cabo das Companhias, ele deveria seguir até Cachoeira, onde às suas tropas se juntariam “setenta Tapuyas do Itapecurú-merim” [rio que atravessa a atual cidade de Jacobina]. Daí partiria até uma casa forte no rio Paraguaçu, onde Gaspar Rodrigues os aguardava para marcharem juntos ao sertão, seguindo o caminho aberto pelo sargento-mor Pedro Gomes em direção às serras do Orobó. Logo depois, seguiriam trilhas pelo Sertão das Jacobinas para localizar Luís Álvares e os Payayá, ou então, deixar sinais de árvores e fogueiras para identificar o roteiro usado no deslocamento⁴⁷.

O Regimento insiste na necessidade de encontrar os Payayá, para que estes fossem convencidos a acomodarem suas aldeias nas serras do Orobó e a se aliarem a Bartolomeu Aires no combate aos “tapuia” que habitavam aquela região. Unidos pelo acordo, Bartolomeu Aires e os Payayá deveriam seguir as trilhas dos “tapuia” inimigos, perseguir todos os índios das aldeias do Orobó e de Utinga, e declarar-lhes guerra, “desbaratando-os e degolando-os por todos os meios, e industrias que no artil militar forem possíveis, sendo só exceção deste rigor as Tapuyas [mulheres] e meninos a que dará vida e cativará”⁴⁸.

45 Erivaldo Fagundes Neves. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005. p. 129.

46 Desse debate ideológico da Universidade de Salamanca nasceram as bases do jusnaturalismo moderno e das teses sobre a legitimidade do domínio espanhol na América, e por extensão dos portugueses, e licitude da escravidão indígena através da “guerra justa”. Neves, *op. cit.*, 2005, p. 130-1. Ver Frei Bartolomé de Las Casas. *O Paraíso Destruido: brevíssima relação da destruição das Índias*. Tradução de Heraldo Barbuy; Ilustrações de Theodore de Bry. 6 ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1996; Beatriz Perrone-Moisés. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Manuela Cunha (org). *História do Índio no Brasil*. 2° ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115-32; Puntoni, *op. cit.*, 2002. p. 52.

47 DH4:67 Regimento que levou o Capitão Bartholomeu Aires, que foi por Cabo de quatro Companhias fazer guerra ao Gentio do Sertão, 31/01/1658.

48 DH4:64-81 Regimento que levou o Capitão Bartholomeu Aires, que foi por Cabo de quatro Companhias fazer guerra ao Gentio do Sertão, 31/01/1658; DH4:75-81 Regimento que levou o Capitão Francisco de Brá

Com relação aos paulistas, o outro elemento do projeto elaborado pelo Governador Francisco Barreto para se livrar dos “tapuia”, o capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros e sua tropa de sertanistas composta por 500 homens, dos quais uma centena era de índios auxiliares, chegaram à Bahia em outubro de 1658⁴⁹:

... por ser o sitio mui doentio e morrerem muitos soldados, se resolveo a mandar vir da capitania de S. Vicente e S. Paulo a gente e cabo mais experiementados que alli havia nas jornadas do sertão, em que preferem a todos os do Brazil; e conduzidos por mar a esta praça, lhes nomeou por capitão-mór a Domingos Barboza Calheyros, ao qual no anno de 658 com a dita gente e infantaria escolhida, dirigio á serra da Jacobina, para d’alli em companhia dos índios das aldêas amigas, e guiados dos Payayazes, com quem os ditos Gaspar Rodrigues e Thomé Dias havião feito pazes, ir buscar e destruir aquelles de que houvesse noticia certa nos fazião o damno, e os fizesse reduzir á boa paz e amizade...⁵⁰.

De acordo com o Regimento de 5 de setembro de 1658, Calheiros deveria partir para Cachoeira de barco, onde recolheria as munições, mantimentos, ferramentas, resgates e repartiria as espingardas dadas. Ainda em Cachoeira agregaria os índios da aldeia de Jaguaripe e todos os voluntários brancos, mamelucos e mulatos, e os entregaria ao sargento-mor Pedro Gomes. De Cachoeira seguiria para o caminho dos Tocós (atual município de Tucano) e de lá para as Jacobinas. No Sertão das Jacobinas, juntaria os índios de várias aldeias existentes para comporem a Jornada, entregaria ao principal uma carta e “resgates” (presentes) a todos do grupo que fizessem o serviço de conduzir os mantimentos, ferramentas e munições.

Conforme o Assento de 4 de março de 1669, ordenado pelo Governador Alexandre Souza Freire (1667-1671), Calheiros foi incumbido da missão emergente de utilizar os Payayá para a condução dos mantimentos e munições, os mesmos que haviam feito as pazes com Gaspar Adorno e Thomé Dias Lassos. Calheiros deveria, em seguida, se dirigir às serras das Jacobinas para convencer os seus principais das aldeias que ali estavam a se aliarem aos portugueses⁵¹. Esse trabalho seria feito com a ajuda de Antonio Crioulo, “grande língua de alcunha Pateiro e mui obedecido do gentio”, escravo do padre Antônio Pereira da Casa da Torre de Tatuapara, muito prático nos caminhos das Jacobinas e guia até as aldeias dos Payayá.

Pelo Regimento de 5 de setembro de 1658, observa-se a cooperação de forma voluntária ou coagida dos proprietários de fazendas de gado ao terem de fornecer mantimentos e farinha para os sertanistas. Na aldeia dos Payayá, Calheiros entregaria uma carta ao “Principal”, repartiria as ferramentas e os persuadiria a segui-los para fazer guerra aos seus contrários, alegando que eles poderiam recuperar as terras que haviam sido dos seus antepassados e, por fim, responder às ofensas

à jornada do Sertão, e casa forte delle aonde ha de assistir. Capitulos X, XI e XIII do Regimento do Capitão Bartholomeu Aires, 1/2/1658.

49 DH5:331-2 Regimento que que se passou ao Ajudante Antonio de Mattos, 26/5/1659; Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002. p. 103-5.

50 DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669; *apud* Cel. Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. II. Salvador: Imprensa Oficial, 1925. p. 30-2

51 DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669.

sofridas de seus contrários que haviam envenenado a água de que beberam os seus soldados, quando acompanharam o ajudante Luis Álvares, o que acabou ocasionando a morte de seu capitão Tario⁵².

No Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na jornada ao sertão, o governador Francisco Barreto assume que os Payayá

“são os de quem mais principalmente pende na presente ocasião o bom successo desta jornada [...] assim por seu valor, respeito que as mais aldeias têm ao seu Principal Juquerique, e números de soldados que podem dar, como por serem os guias que o dito Capitão-mor há de ter, com mais certeza para as Aldeias contrarias”⁵³.

Barreto também apela para que Calheiros “os trate com toda a benevolência, e com o Juquerique e os seus índios seja o mais liberal [na entrega dos] resgates, repartindo-os de modo que faça vantagens às mais nações, e Principaes”⁵⁴.

Por fim, antes de se por a caminho, Barreto previne a Calheiros para que tome “todas as noticias que poder achar dos mesmos Payayá”. Caso obtivesse sucesso nas medidas adotadas, os Payayá guiariam os paulistas até localizar e destruir as 7 “aldeias de Topins e Maracás que vão todos os anos fazer danos aos colonos e moradores de Jaguaripe e Maragogipe e outras vilas do Recôncavo, bem como às aldeias que se uniram a dos Payayá para fazerem a guerra”⁵⁵.

O resultado é que

esta jornada não logrou effeito, porque mal guiados e enganados, principalmente por um crioulo do padre Antonio Pereyra, de quem se fiaram, foram levados ‘por serras inúteis e montanhas ásperas sem mais nunca poderem chegar às aldeias que buscavam usando da industria de aconselharem aos nossos que não atirassem para matar, nem cortassem paus para tirar mel, por não serem sentidos pelos Tapuyos que nos faziam o mal...’ Os payayases mataram os guardas das munições da Aldeia de Tapurissê e comeram, forçando os expedicionários a retrocederem com novos companheiros da bandeira que eram de 200 homens⁵⁶.

Deve-se observar que esta última frase do trecho acima possivelmente não seria verdadeira, mas uma manipulação, pois os Payayá e os outros subgrupos kariri não praticavam o exocanibalismo, ou seja, a antropofagia contra os inimigos.

Segundo Francisco de Assis Carvalho Franco, dos 200 brancos que participaram da expedição, poucos escaparam e conseguiram regressar a São Paulo, onde só foram aparecer em outubro de 1660,

52 DH5:322-323 Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na jornada do sertão, 5/9/1658. Sobre o escravo Antonio Crioulo, ver DH7:380-2

53 DH5:324 Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na jornada do sertão, 5/9/1658.

54 DH5:324 Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na jornada do sertão, 5/9/1658.

55 DH5:324 Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na jornada do sertão, 5/9/1658. Aqui pareceu haver uma confusão entre Maracás e Payayá, pois, ou os dois foram apontados como o mesmo alvo ou foi um erro de redação.

56 DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669.

inclusive o próprio Domingos Barbosa Calheiros⁵⁷.

Como afirmou Juan Lopes Sierra, “esta não é uma guerra de concertados batalhões, mas de desconcertados e intempestivos assaltos”⁵⁸. O segredo das “guerras de assalto” dos índios contra os sertanistas, indica Pedro Calmon, era que

“a aproximação se dava com cautelas indígenas, acercando-se de rastos até junto do inimigo, quando de repente, com um grito medonho, para apavorá-los, o assaltavam [...] reduzia-se a luta a uma caçada hábil, cujo momento decisivo resultava da surpresa, a mostrar os agressores qualidades mateiras superiores aos adversários”⁵⁹.

De fato, como revelou alguns anos mais tarde o Governador Alexandre Souza Freire, os Payayá se aproveitando de seus conhecimentos sobre o Sertão das Jacobinas enganavam havia muitos anos os “civilizados” portugueses e tinham preparado uma armadilha para a entrada de Calheiros e os paulistas, assim como haviam feito antes para a do ajudante Luís Álvares⁶⁰. É interessante perceber que na documentação colonial não há uma identificação precisa de quem seriam os tais “Tapuyas” que tanto assolavam o Recôncavo e que viviam no mesmo território habitado pelos Payayá. Esses “índios bravos” poderiam ser um outro sub-grupo kariri ou os próprios Payayá, que até então eram tidos pelos agentes coloniais como “índios amigos”.

Parece que os Payayá perceberam desde cedo o desrespeito com que eram tratados e o pouco conhecimento dos luso-brasilícos sobre as especificidades étnicas. Hemming concluiu que os ardilosos Payayá compreenderam e exploraram rapidamente o pensamento do homem branco⁶¹.

Assim, os Payayá, enquanto possíveis autores dos ataques às vilas e fazendas do Recôncavo, se aproveitaram da ignorância dos agentes coloniais ao jogarem a culpa no Outro, os “tapuia”, e também de sua posição na situação de guerra como importantes guias e aliados, ao pedirem resgates, ferramentas, mantimentos e até auxílio militar do Governo para combaterem seus próprios inimigos. Da atribuição dos Payayá como leais ou traiçoeiros, conforme Manuela Carneiro da Cunha, se supõe a inserção desses índios na rede de alianças coloniais, a partir das quais construíram suas estratégias próprias, e deixa transparecer uma política indígena fazendo uso da política indigenista⁶².

Constatado o embuste e dissimulação dos Payayá, em 1662, o Governador Francisco Barreto ordenou uma nova entrada sob o comando do capitão-mor Thomé Dias Lassos. Diante do fracasso dos

57 Franco, *op. cit.*, p. 95-6.

58 Juan Lopes Sierra. *O panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado*. p. 65. In: Stuart B. Schwartz & Alcyr Pécora (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 135.

59 Pedro Calmon. *História do Brasil: séculos XVII-XVIII*. Vol. III. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1963. p. 725.

60 Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002. p. 104-5.

61 John Hemming, *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2007. p. 500; DH7:380 Portaria que se passou para ser preso Antonio Crioulo escravo do Padre Antonio Pereira, 07/12/1668; DH7:380-2 Portaria que se passou para que Bento Gomes, João Calhella, Lourenço de Mattos, Manuel Calhella criados do Padre Antonio Pereira não inquietassem da suas terras o Sargento-maior Antonio Guedes de Britto, 06/12/1668.

62 Manuela Carneiro da Cunha, *Imagens de índios do Brasil no século XVI*. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 199.

paulistas e, provavelmente, também pela demora em encontrar novos interessados em São Vicente para participar dos conflitos no Sertão das Jacobinas, o governador voltou a escolher uma solução caseira, os sertanistas baianos. Possivelmente, a escolha por esses comandantes se deve ao fato de conhecerem melhor a realidade local, os índios e, talvez, também para evitar uma possível sabotagem dos “baianos” perante as premiações distintas que foram oferecidas aos paulistas.

Pelo Regimento de 14 de fevereiro de 1662, o capitão-mor Thomé Dias Lassos deveria “castigar o Gentio Bárbaro que desce a offender os moradores do Recôncavo”. O Sargento-mor Pedro Gomes lhe entregaria a gente com a qual partiria pelo caminho da serra do Orobó em busca dos “tapuia” que deveriam ser castigados⁶³. Ao chegar às aldeias e lugares de onde eram mais constantes as notícias e cometidos os roubos e mortes, Lassos deveria aprisionar os que se rendessem ou degolar os que resistissem, colocar em cativo suas mulheres e filhos, e queimar suas aldeias. Não obstante, destaca-se que, dessa vez, todos os índios do sertão, mesmo os que usassem da sagacidade para dissimular quererem a paz, como fizeram os Payayá, deveriam ser olhados como inimigos e sujeitos a qualquer tipo de castigo⁶⁴.

Dessa entrada não se sabe o resultado, porém, o sucessor de Barreto, o governador Vasco Mascarenhas (1663-1667), o conde de Óbidos, ordenou que se transferissem as aldeias das nascentes do rio Iguape para as proximidades das povoações e freguesias de Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe no Recôncavo, onde supunha ser mais fácil observá-las e submetê-las⁶⁵.

Para essas expedições, destinadas a descerem os “tapuia” da serra das Jacobinas, o governador autorizou a aquisição dos seguintes presentes para atrair os índios: 11 trajes em 1663, grande quantidade de anzóis e 6 dúzias de facões em 1664, roupas e instrumentos em 1665⁶⁶.

Vale lembrar que no século XVII, essas regiões, situada nas margens meridionais da baía de Todos os Santos, se especializaram no cultivo de mandioca e no fornecimento de lenha e madeira para Salvador e outras áreas do Recôncavo⁶⁷.

Por conta disso, muitos grupos Payayá acabaram sendo conduzidos, em meados do século XVII, para aldeamentos no Médio Paraguaçu, no vale da serra do Guairaru - Pedra Branca e Caranguejo (distritos do atual município de Santa Teresinha) - para servirem de “muralhas do sertão” contra

63 DH4:302 Carta para Sua Magestade acerca do Sargento-maior Pedro Gomes, 3/2/1657. Em 9 de dezembro de 1671, Pedro Gomes foi feito mestre de campo do Terço Novo. Luís Monteiro Costa, *Na Bahia Colonial: apontamentos para história militar da cidade de Salvador*. Salvador: Editora Progresso, 1958. p. 101.

64 DH31:270-2 Patente de Capitão-mor para a Jornada do Sertão provida em Thomé Dias Lassos, 8/2/1662; DH5:338-341 Regimento que levou o Capitão Thomé Dias Lassos na jornada a que é enviado ao Sertão, 14/2/1662; DH7:77 Ordem que se passou ao Capitão Francisco Dias, para governar o gentio manso, e Tapuyas que vão na jornada do Sertão, 13/2/1662.

65 DH4:172-4 Ordem que se passou ao Capitão-mor Gaspar Roiz Adorno do que há de obrar na jornada que vae ao sertão, 23/9/1664.

66 DH7:127-8 Portaria para o provedor da Fazenda Real mandar dar de vestir e sustento aos Índios, 8/11/1663; DH7:379 Portaria que se passou para se comprar e mandar fazer a ferramenta para se fazer entrada ao Sertão, 5/12/1668; DH8:126 Portaria para o Provedor-mor sobre o resgate que mandou dar o Sr. Governador na Cachoeira aos Índios e payayazes, 14/11/1672; DH8:181 Portaria que se passou ao Provedor-mor, 22/4/1673; DH8:190 Portaria para o Provedor-mor mandar dar ao Capitão-mor Thomé Dias Laços as cousas conteudas nella para os Índios Payayases, 22/04/1674.

67 Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos: engenheiros e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 83.

outros grupos indígenas⁶⁸.

Por ordem do governador Vasco Mascarenhas, em 2 de junho de 1665, o capitão Manuel da Costa Moreira, juntamente com o capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno, ficou encarregado, como cumprimento de uma promessa para contentar as aldeias descidas, de conduzir aos Principais dos índios aldeados na serra do Guairaru “algumas vaccas para fazerem curraes, e algumas cavalgadas que eles pediram” pelo benefício e segurança que davam ao “moradores dos districtos de Maragogipe, Cachoeira e Sapora⁶⁹ [e de] assistir naquelas paragens”. Ressalte-se também as intenções do governador para com os índios, “segurando sua permanência por meio de terem bens que os obrigue a não usar de sua natural inconstância”⁷⁰.

Alexandre de Sousa Freire (1667-1671), sucessor do conde de Óbidos, logo teve de enfrentar o mesmo problema dos seus antecessores. Ocorreram ataques simultâneos em Ilhéus e Cairu, onde os índios roubaram o engenho de Antonio de Couros Carneiro e mataram os moradores que não puderam fugir para as vilas. Invadiram o distrito de Jequiriçá, os campos de Cachoeira, queimaram os currais de João Peixoto Viegas em Itapororocas, e “voltarão com grande poder ás estancias da villa de Cayrú, ás quaes investirão; e em uma d’ellas matarão o alfares, cinco soldados e alguns moradores que com elles se puzerão em defesa”⁷¹.

Segundo Sebastião da Rocha Pitta, em Cairu os ataques eram mais contínuos e danosos “pela muita gente que a habitava, em cuja defesa se fizera uma estância em que assistia uma companhia de infantaria paga do presídio da cidade, que de três em três meses se mandava mudar por turno, com alternativa de ambos os terços”. Por esta razão, o gentio não dava “com tanta frequência, ou o faziam com maior temor”. No ano de 1670, o capitão Manuel Barbosa de Mesquita, que há poucos meses exercia o posto, foi nomeado capitão da companhia em Cairu⁷².

Em 24 de fevereiro de 1670, se fazia na matriz da vila a festa de Nossa Senhora do Rosário, quando “surprehenderão os indios barbaros em occasião que o povo inerme se achava reunido na igreja parochial, assistindo á missa”. Diante desta “agressão inopinada”, o ministro paroquial e outras pessoas fecharam “imediatamente as portas da igreja [mas] o capitão-mor Manoel Barboza de Mesquita sahio com sete soldados, que logo o abandonarão, a pretexto de irem dar aviso á estancia, e fazendo terriveis estragos nos indios, admirados estes do seo valor, dispersarão-se, depois de o deixarem morto”⁷³. Por sua vez, o fato causou comoção na Bahia.

68 B. Dantas et alli. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico. In: Manuela Cunha (org). *História do Índio no Brasil*. 2º ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p. 432; Maria Hilda Baqueiro Paraiso. Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca. In: *Revista do Centro de Estudos Bahianos*. Salvador: UFBA, 1985. p. 14

69 Provavelmente o atual município de Saubara no Recôncavo baiano.

70 DH4:140-1 Ordem que levou o Capitão Manuel da Costa indo a entregar o gado que se prometeu aos Índios da Serra do Gayrarú, 02/06/1665; DH4:172-4 Ordem que se passou ao Capitão-mor Gaspar Roiz Adorno do que ha de obrar na jornada que vae ao sertão, 23/9/1664.

71 DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669. Ver Pedro Calmon, *História do Brasil: séculos XVII-XVIII*. Vol. III. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1963. p. 744.

72 Sebastião da Rocha Pitta, *História da América Portuguesa*. Anotações de Pedro Calmon. São Paulo: Editora Brasileira, 1965. p. 288-290.

73 Pedro Calmon, *História do Brasil: séculos XVII-XVIII*. Vol. III. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1963. p. 746; Cel. Silva, *Ignácio Accioli de Cerqueira e. Memórias históricas e políticas da*

Esse ataque possivelmente foi efetuado pelo Grens ou Aimorés, poderoso grupo que habitava o interior das Capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo e que resistiu aos portugueses por quase dois séculos. Provavelmente, as ações corajosas do capitão Manuel Barbosa de Mesquita tenham sido responsáveis pela salvação da vila de Cairu, porém, antes da retirada dos índios, morreu em consequência dos ferimentos⁷⁴.

Em 4 de março de 1669, Alexandre Souza Freire havia assentado a “guerra justa” ao compilar todos os assaltos indígenas do início do século XVII até aquela data, e afirmar que as primeiras “agressões” dos “tapuia”, inclusive dos Payayá, datavam desde 1612. Porém, o que chama a atenção é o fato de que nesta relação, o Governador propositalmente projeta atos cujas responsabilidades pertenceram a outras etnias, como uma forma de justificar as represálias contra os Payayá⁷⁵.

Segundo uma carta de 16 de novembro de 1669 que os Oficiais da Câmara escreveram ao príncipe regente D. Pedro II (1667-1683) sobre os danos que fizeram o gentio e guerra que para sua extinção era necessária:

São tam continuas as invazoens do Barbaro Gentio, e ao preção que com elles padecem estes moradores que de cinco mezes a esta parte tem morto quantidades delles, com que estam promptos a dispovoarem os destritos de Maragogipe Cachoeira Jaguaripe com as Villas de Boipeba Camamu e Cairu desesperados do remédio que a não esperarem que Vossa Alteza lho mande dar conforme aprezenete necessidade emfalivelmente se hade seguir aruina deste Estado e ainda a de todo o Reino este negocio he de tanta consideração que deve Vossa Alteza attender a elle como Pai e Senhor nosso mandando que por todos os Caminhos se lhe faça huma Guerra continuada até se extinguirem por quesó com sua extinção vivirão estes moradores quietos as terras se cultivarão a Fazenda de Vossa Alteza⁷⁶.

Contudo, ainda de acordo com a carta, os moradores se achavam em estado tão miserável pelas contribuições pagas anteriormente que os Oficiais da Câmara de Salvador pediram “humildemente” ao príncipe regente que assistisse com a Fazenda Real as despesas da guerra e que se utilizassem os soldados daquela praça que estavam ociosos e cujo soldo era pago pelos moradores⁷⁷.

Os últimos ataques dos “tapuia” estimularam o ânimo do governador e capitão-geral Alexandre de Sousa Freire a realizar uma rígida guerra aos índios rebeldes. Consultando os capitães-mores e pessoas que haviam estado no Sertão das Jacobinas, Freire concluiu “como a experiência tinha mostrado”, que

“por se haver contemporisado com este gentio nas occasiões das entradas passadas, procurando sómente fazer as pazes com elles (nas quaes não póde haver firmeza ou segurança alguma,

província da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial, 1925. v. II. p. 30-31

74 Juan Lopes Sierra, *O panegirico fúnebre a d. Afonso Furtado*. pp. 32-4. In: Stuart B. Schwartz; Alcir Pécora (orgs.). *As excelências do governador: o panegirico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93-292.

75 Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Edição Fac-símile Comemorativa. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. p. 205

76 DHAM. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, Cartas do Senado 1638-1673. 1º Volume. Prefeitura do Município do Salvador-Bahia, 1947. p. 81-2.

77 DHAM. *Documentos Históricos do Arquivo Municipal*, Cartas do Senado 1638-1673. 1º Volume. Prefeitura do Município do Salvador-Bahia, 1947. p. 81-2.

por sua natural perfídia e inconstância), tomarão elles maiores atrevimentos [o que talvez] não sucederia se em alguma d'ellas tivessem experimentado o rigor das nossas armas, e o devido castigo a seos insultos”⁷⁸.

Não obstante, o governador não achou na capitania da Bahia cabos e soldados práticos na forma de pelejar com os índios do sertão. O jeito era apelar de novo para o auxílio dos paulistas.

Analisando em “mesa grande” todas as leis e assentos tomados sobre as guerras anteriores contra os “tapuia” concluiu-se que

“fazendo-lhe guerra na fôrma e modo que melhor parecesse, ser ella justa [...] mandando degollar todos os que resistissem, declarando por captivos todos os que aprisionassem, e assolando todas as aldêias inimigas, para assim poderem ficar livres os moradores”⁷⁹.

Embora não fosse uma novidade, dessa vez se explicitou “que as terras conquistadas se repartissem pelas pessoas que melhor o merecessem na jornada [além de fazerem-nos] “captivos dos vencedores os que nella ficassem vivos”⁸⁰.

Para garantir a segurança dos empreendimentos do projeto colonizador, a Coroa e as autoridades coloniais recrudesceram seus atos e passaram a adotar a política de “limpeza dos campos” (extermínio total), com o auxílio de outros bandeirantes paulistas, e de organizar aldeamentos, ou seja, confinar os povos indígenas a espaços reduzidos e definidos. Resultou disso, a liberação das terras do Sertão da Capitania da Bahia, o acesso à mão-de-obra para o trabalho compulsório (escravização) e ao auxílio militar dos índios da família kariri e os Topins para as próximas entradas.

Considerações finais

Os espaços culturais, geográficos e econômicos dos Sertões da Bahia Colonial revelam-se como construções resultantes das complexas interações de conflitos e negociações entre múltiplos grupos indígenas, distintas ordens religiosas, diferentes e poderosos sesmeiros, sertanistas baianos e paulistas e autoridades coloniais.

Os Sertões baianos foram os cenários onde ocorreram múltiplos encontros e contatos, a expansão da fronteira colonial e as negociações e resistências de diversos grupos indígenas. Um espaço construído historicamente a partir do contato dos Payayá, Topins, Maracás e Xocós com

78 DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669.

79 DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669.

80 DH5:205-216 Proposta que o Senhor Alexandre de Sousa Freyre fez em Relação sobre os Tapuyas e assento que sobre ella se tomou, 04/03/1669.

distintos agentes coloniais durante o processo de conquista e colonização na segunda metade do século XVII.

A “Guerra dos Bárbaros” no Recôncavo e no Sertão da Capitania da Bahia, muito mais do que um extermínio indígena para a expansão do projeto colonial pelo sertão, foi um complexo quadro de relações culturais e de poder entre os agentes coloniais e os índios chamados “tapuia”.